

MMA/Departamento: <i>DRH</i>	
Nº <i>020087/2014-00</i>	
Data <i>03/07/14</i>	Rubrica <i>naiana</i>

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE  
RECUSOS HÍDRICOS.

**CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CIESP DE RIBEIRÃO PRETO**, entidade civil sem fins lucrativos, localizada na Rua Bernardino de Campos, nº 1001, Ed. Fortes Guimarães, Ribeirão Preto/SP, através de seu representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBH-Grande, **ADRIANO MELO**, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob o nº 122.358.428-36, com endereço profissional à Rua Dr. Alcindo Ribeiro Conrado, 1.086, Centro, na cidade de Franca, vem, mui respeitosamente, perante a Ilustre presença de Vossa Excelência, apresentar:

### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de Decisão do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande, com fulcro no artigo 38 parágrafo único da Lei nº 9.433/1997 combinado com o artigo 1º, inciso VIII do Decreto nº 4.613/2003, pelos fatos e fundamentos que seguem.

#### 1. DO CABIMENTO DO RECURSO E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH



Quanto ao cabimento do presente recurso, o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 9.433/1997, prevê o seguinte:

***Parágrafo Único:*** *Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.*

O Decreto nº 4613/2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências, estabelece em seu artigo 1º, inciso VIII, como sendo de competência do CNRH:

***Art. 1º*** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, tem por competência:

***VIII - deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos;***

Seguindo previsão legal, a Portaria nº 437/2013 que Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em seu artigo 1º, inciso XII, institui que o CNRH tem por competência:

***XII – deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos;***

Assim, considerando que o presente recurso administrativo questiona decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande em reunião realizada com os membros



constituídos, a competência para deliberar acerca do assunto em debate é do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nos moldes da legislação descrita.

## 2. DA DECISÃO RECORRIDA

Aos 28 de maio de 2014 foi realizada a 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH GRANDE no Clube Ouro Verde, situado na Av. Venceslau Bráz, nº 1939, Bairro Jardim Ouro Verde – São Sebastião do Paraíso/MG.

Nesta reunião, ficou estipulado como assunto a deliberar: a Deliberação CBH-Grande nº XXX/2014 – “Aprova os Termos de Referência para orientar a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande – PIRH-Grande”.

Antes do momento da votação, pela ordem, o representante da CIESP Ribeirão Preto, Adriano Melo, ora recorrente, pediu a palavra e solicitou a deliberação de prazo para vista à documentação a ser votada.

O Pedido de vista à documentação antes de se iniciar a votação está devidamente amparada pela Deliberação nº 2/2012, em seu artigo 22, §3º, que possui a seguinte redação:

*§3º - Os documentos a que venham a ser objeto de pedido de vista em uma reunião ordinária ou extraordinária, integrarão, obrigatoriamente, a pauta da reunião seguinte para apreciação, com devido parecer do autor do pedido de vista, não podendo ser retirados da pauta por novo pedido de vista, a não ser por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes habilitados à titularidade, considerando o parágrafo 1º do artigo 16.*



Todavia, o Sr. Presidente, diante da solicitação de vista pleiteada pelo representante da CIESP Ribeirão Preto, abriu votação entre os membros presentes para a concessão de vista à Deliberação, votação esta que, por maioria de votos, decidiu por continuar a votação da Deliberação.

Conforme pode se constatar com uma simples leitura dos dispositivos acima mencionados, o pedido de vista apenas será submetido à votação dos membros presentes habilitados à titularidade, quando houver novo pedido de vista do mesmo documento na reunião seguinte.

Deste modo, a solicitação de vista realizada não foi devidamente atendida nos termos da legislação que regula o procedimento a ser adotado pelo Presidente da mesa, pois, reitera-se, o primeiro pedido de vista não deve ser submetido à votação dos membros presentes, e sim deverá integrar a pauta da reunião seguinte.

A ausência dos procedimentos adequados ao atendimento da solicitação de vistas ao documento requerido por um dos membros do Comitê devidamente habilitado à titularidade, viola diretamente um direito que está previsto na Deliberação 002/2012 do CBH Grande que aprova o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e dá outras providências.

Assim, considerando que a Recorrente teve o seu direito de vistas à Deliberação negado por meio de um procedimento inadequado ao eficaz atendimento de seu pleito, os demais atos realizados a partir desta nítida afronta legal relacionados ao direito violado devem ser anulados.

Destarte, em sequência aos acontecimentos, após a votação negativa à concessão de vista à Deliberação que Aprova os Termos de Referência para orientar a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, a mesma foi submetida a votação do Comitê e, por maioria de votos, foi aprovada.

### 3. DO PEDIDO

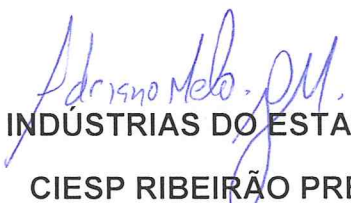




Diante de todo o exposto, requer que seja deliberada a anulação do ato do Sr. Presidente do CBH Grande que negou à CIESP Ribeirão Preto o direito de obter vistas à Deliberação antes da mesma ser submetida à votação, anulando-se, por consequente, todos os demais atos praticados a partir do ato ilegal, iniciando-se pela anulação de sua aprovação.

Requer, ainda, seja encaminhada à ANA e ao CBH Grande cópia do presente expediente para que sejam suspensas as ações relacionadas à implementação da Deliberação em debate e também para que apresentem suas manifestações sobre o presente recurso.

São Paulo/SP, 24 de junho de 2014

  
**CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CIESP RIBEIRÃO PRETO**